

Comunicação Governamental e Capacidades Político-Relacionais: Uma Aproximação Teórico-Empírica na Gestão de Resíduos Sólidos

LUCAS BRAGA DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

VERÔNICA DANTAS MENESES

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEA

LIA DE AZEVEDO ALMEIDA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Agradecimento à órgão de fomento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CAPACIDADES POLÍTICO-RELACIONAIS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Resumo

O processo de comunicação governamental é uma forma de promover maior expressividade da sociedade com as agências governamentais e os agentes políticos a partir do fortalecimento do diálogo e da interatividade entre as partes. O objetivo desta pesquisa é apresentar a comunicação governamental como um instrumento de desenvolvimento de capacidades político-relacionais para a governança de resíduos sólidos na Amazônia Legal. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo sido realizada a análise de conteúdo com as informações e as ferramentas de interação disponibilizadas pelos sites institucionais de secretarias de meio ambiente de estados desta região. A pesquisa apontou que a comunicação governamental conseguiu desenvolver poucas capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos, pois os sites dos estados nem sempre disponibilizam tecnologias de informação e comunicação para fortalecer as ligações entre governo e os seus públicos alvo. Assim, pode-se concluir que a ausência de recursos de comunicação governamental digital afeta negativamente as ligações entre governo e os seus públicos (capacidades político-relacionais) que envolvem os temas da área de resíduos sólidos.

Palavras-chaves: Comunicação governamental. Capacidades estatais. Capacidades político-relacionais. Resíduos Sólidos.

GOVERNMENT COMMUNICATION AND POLITICAL-RELATIONAL CAPACITIES: A THEORETICAL-EMPIRICAL APPROACH IN SOLID WASTE MANAGEMENT

Abstract

Governmental communication and state (political-relational) capacities seek through the governmental communicative process a way to promote greater expressiveness of society with government agencies and political agents by strengthening dialogue and interactivity between the parties. The objective of this research is to present governmental communication as an instrument of political-relational capacity development for solid waste governance, specifically from the analysis of environmental secretariat websites in the context of the Legal Amazon. The research is of a qualitative nature, having been carried out the content analysis with the information and the interaction tools provided by the institutional sites. The research pointed out that the governmental communication was able to develop few political-relational solid waste governance capacities, because the sites of the States do not always provide information and communication technologies to strengthen the links between government and its target audiences, and in some cases. Thus, it can be concluded that the lack of digital governmental communication resources negatively affects the links between government and its publics (political-relational capacities) that involve solid waste issues.

Key-words: Government communication. State capabilities. Political-relational capabilities. Solid waste.

1. INTRODUÇÃO

As capacidades estatais podem ser definidas como um conjunto de requisitos necessários para a administração pública formular, decidir e executar políticas públicas, mas de modo integrado

com a sociedade de forma a contribuir para que as instituições estatais adquiram desempenho positivo neste sentido (SOUZA, 2017). Assim, a comunicação entre as estruturas organizacionais do aparelho do Estado e entre estas e a própria sociedade pode ser visto como um ponto crítico para o desenvolvimento das capacidades estatais, tendo em vista que se trata de um mecanismo que afeta positivamente ou negativamente a compreensão e o apoio à gestão de políticas públicas (RAMESH et al., 2016).

A globalização trouxe diversas modificações para as sociedades do presente, uma delas diz respeito à internet e as redes de comunicação estabelecidas por ela. A comunicação governamental está inserida neste contexto e cada vez mais preza pela agilidade no fluxo de informação decorrente das decisões do poder público (CEZAR; BARBOSA; REIS, 2013). Assim, a comunicação governamental estruturada pelas plataformas digitais de governo eletrônico deve possibilitar o real acesso à informações pela sociedade e favorecer um ambiente de diálogo mais próximo entre instituições estatais e os cidadãos, viabilizar a gestão participativa, bem como aprimorar a transparência pública, os mecanismos de controle, os gastos públicos, a prestação de contas e a interação entre as partes (SANTOS; CARNIELLO; OLIVEIRA, 2013).

Nesta pesquisa, adota-se as abordagens das capacidades político-relacionais defendidas por Pires e Gomide (2016, p. 127), segundo os quais elas estão “associadas às habilidades e procedimentos de inclusão dos múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de forma articulada nos processos de políticas públicas”. Busca-se com isso “à construção de consensos mínimos e coalizões de suporte aos planos, programas e projetos governamentais”. Deste modo, as “capacidades político-relacionais, envolvendo interações com agentes políticos e canais para a participação da sociedade civil, tendem a ampliar, relativamente, o potencial de revisão, aprendizado e inovação nas políticas públicas” (PIRES; GOMIDE, 2016, p. 121).

Este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a comunicação governamental tem contribuído para o desenvolvimento de capacidades políticos-relacionais para a governança de resíduos sólidos? O recorte prezou pelo atendimento de um tema caro para a Região Amazônica, uma vez que parte desta região apresenta problemas complexos ligados à saúde, com especial expressividade para doenças parasitárias e infecciosas ocasionadas pela ausência de coleta de resíduos, entre outros aspectos, como saneamento básico e abastecimento de água potável (VIANA; FREITAS; GIATTI, 2016). Neste sentido, buscou-se investigar a mobilização destas capacidades nas plataformas digitais das secretarias de meio ambiente dos estados componentes da Amazônia Legal.

Ainda há poucas escritas científicas a respeito desta temática e acreditamos que é possível contribuir com esta lacuna a partir de uma análise detalhada deste campo de estudo em que a comunicação é considerada uma ferramenta de promoção das capacidades estatais político-relacionais. E, essa análise pode levar as instituições estatais a aprimorarem ainda mais as ligações entre governantes e governados por meio das tecnologias de informação e comunicação.

2. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CAPACIDADES ESTATAIS

No processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas a comunicação governamental realizada em plataformas digitais pode ser vista como um instrumento para informação, capacitação e divulgação dos projetos desenvolvidos pela administração pública, bem como a publicidade de dados sobre as ações dos agentes públicos e, também, a prestação de contas. Além do mais, busca-se estimular a participação e a interação da sociedade neste âmbito para que tal projeto não represente uma imposição dos gestores públicos (CEZAR; BARBOSA; REIS, 2013).

Para Rego (1985) a comunicação governamental, em contextos democráticos, abrange toda e qualquer possibilidade de interação e diálogo entre as instituições governamentais e a sociedade, em um fluxo que considera ideias distintas e a liberdade de expressão. Amaral (2014, p. 84) complementa que a comunicação governamental pode ser definida como um tipo de “comunicação institucional praticada pelo governo com a finalidade de informar suas ações à sociedade para obter o seu engajamento nas políticas públicas adotadas e o reconhecimento pelas ações implementadas”.

O fomento de tecnologias de informação e comunicação governamentais também buscam a cooperação e melhor intercâmbio entre os órgãos públicos e estes com as empresas privadas; e a gestão do conhecimento, pois por meio dela é possível acumular e compartilhar conhecimento (DINIZ et al. (2009).

A partir da instituição da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação, os órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios passaram a contar com critérios específicos para estruturar a comunicação governamental, tais como publicidade, divulgação de informações, adotar meios de comunicação que proporcionem interconexão com as tecnologias de informação, transparência pública e o controle social das atividades públicas (BRASIL, 2011; CARNIELLO, 2015).

A pesquisa parte do pressuposto de que a comunicação governamental funciona (ou pode funcionar) como um mecanismo para o desenvolvimento de capacidades político-relacionais para a governança de políticas públicas. Neste sentido, apresenta-se a possibilidade de uma análise estruturada a partir da comunicação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pelos sites governamentais das secretarias de meio ambiente dos estados da Amazônia Legal.

Para Gomide e Pereira (2018) a capacidade político-relacional busca estabelecer ligações e associações entre o Estado e a sociedade civil, e também entre as instituições deste, bem como a mobilização social, política e a participação de atores distintos nas discussões relacionadas a elaboração e implementação de políticas públicas e levantadas em conselhos gestores temáticos, conferências, audiências e consultas públicas, dentro outros (PIRES; GOMIDE, 2016).

Na visão de Pires e Gomide (2016, p. 126), “o encontro entre atores diversos permite que os problemas a serem enfrentados e os projetos a serem desenhados possam ser discutidos a partir de diferentes perspectivas, mobilizando conhecimentos e recursos variados”. Conforme estes autores, isto possibilita maior número de informações a respeito das problemáticas discutidas, aumenta as possibilidades de solução para a problemática apontada, envolve variados atores no acompanhamento e monitoramento e avaliação dos atos públicos, bem como um ponto de vista relacional por parte do governo, de modo que abarque um processo inclusivo de diversos atores, negociação e/ou articulação tanto entre os grupos sociais como com os grupos estatais e também com a coordenação com diferentes organizações públicas do aparelho do Estado.

As abordagens teóricas de Gomide e Pires (2014, p. 16) apontam que a institucionalização de “instrumentos de controle, participação e transparência nas decisões públicas” possibilitam o “envolvimento dos atores sociais, políticos e econômicos” na governança de políticas públicas e a visibilidade das “condições de governabilidade e estabilidade do sistema político brasileiro”. As abordagens teóricas dos campos de estudo da comunicação governamental e das capacidades político-relacionais se inter-relacionam nos seguintes aspectos: promoção de uma gestão de políticas públicas interativa e participativa a fim de incluir atores sociais distintos nas arenas de debates públicos, visibilidade, acesso à informação, controle público e transparência das atividades desenvolvidas pela administração pública a toda à sociedade.

A comunicação governamental e as capacidades político-relacionais podem ser entendidas como ferramentas que visam promover a aproximação entre as estruturas burocráticas estatais

e a sociedade civil através de instrumentos distintos que possibilitem diálogo, acesso e repasse de informações específicas, entre outros aspectos.

A partir das abordagens teóricas de Amaral (2014); Cezar (2014); Luciano (2014); Carniello (2015) e de Pires e Gomide (2016), pode-se identificar algumas categorias de úteis na análise: operacionalização, formalização e publicização; nas dimensões: navegabilidade, informações, serviços, controle social, participação e interação; e itens específicos para descrever e avaliar, conforme abordado a seguir.

A categoria operacionalização considera os distintos públicos atendidos pela organização governamental e a disponibilidade de mídias conforme as características destes públicos. É considerada eficiente à medida que a respectiva organização disponibiliza informações adequadas a cada público atendido. A adequabilidade de mídia viabiliza o entendimento da mensagem encaminhada pelo emissor ao receptor (CEZAR, 2014).

Luciano (2014) e Carniello (2015) entendem que o item de avaliação navegabilidade como um dispositivo comunicativo que possibilita visibilidade às informações presentes nos sítios eletrônicos e, que também facilita a localização dos conteúdos postados e outras especificidades das atividades da administração pública. Ainda possibilita publicidade aos atos governamentais, inteligibilidade ao usuário e uma interface visível e transparente.

A dimensão formalização tem o propósito de disponibilizar dados e informações a respeito dos respectivos objetivos geral e específicos das políticas públicas e ações desenvolvidas neste sentido. Assim, a comunicação se encarrega de apresentar informações ligadas a prazos, campanhas, recursos adquiridos para a elaboração, implementação e operacionalização de políticas públicas, dentre outras informações que se fizerem necessárias. Algo característico da formalização é a pontualidade. A mensagem enviada pelo emissor deve ser interpretada pelo receptor sem interpretações equivocadas. A linguagem deve ser clara e de fácil entendimento (CEZAR, 2014).

O item informações considera a possibilidade de estabelecer ligações entre governantes e governados através das mensagens informativas publicados nos sítios eletrônicos e, reconhece a diversidade de atores sociais e amplia as possibilidades de interatividade com estes atores, bem como fortalece a gestão democrática e a transparência da administração pública (LUCIANO; 2014; CARNIELLO, 2015).

O item serviços on-line é visto como uma maneira de desburocratizar alguns dos serviços oferecidos pela administração pública em qualquer localidade e, de facilitar o acesso a serviços que antes eram oferecidos apenas presencialmente. Além de proporcionar diálogo pelas redes de comunicação com o intuito de auxiliar na prestação de serviços (LUCIANO, 2014; CARNIELLO, 2015).

O item controle social consiste na publicidade de dados sobre a execução financeira e orçamentária das instituições estatais a fim de garantir a transparência da gestão pública. Ainda é visto como uma maneira de compartilhar o poder de decisão entre governantes e sociedade sobre as atividades executadas pela gestão pública e um instrumento de expressão e cidadania (LUCIANO, 2014; CARNIELLO, 2015).

A dimensão publicização de dados é marcada pela dialogicidade como característica principal. Aqui a publicidade é vista como uma ferramenta que permite estabelecer ligações entre governantes e governados. É através de interações dialógicas que a informação do contexto de políticas públicas é conhecida pelos públicos de interesse. A inclusão e a participação de atores distintos são apontadas como necessárias nas arenas de debates públicos. Assim, a comunicação possibilita a criação de espaços voltados à participação e interação de atores, bem como a publicidade de dados e informações relacionadas a uma determinada política pública (CEZAR, 2014).

O item de avaliação participação busca promover a criação de momentos participativos por meio das tecnologias de informação e comunicação e, a divulgação de momentos participativos

institucionalizados pela administração pública, para, assim, incentivar, estimular diferentes atores da sociedade para debater e contribuir com a gestão de políticas e programas governamentais (LUCIANO, 2014; CARNIELLO, 2015).

A interação entre governantes e cidadãos, um outro item de avaliação, possibilita a administração pública captar demandas, os posicionamentos dos grupos da sociedade e transformá-los em resultados efetivos e eficazes. A inclusão de atores distintos da sociedade nas arenas de debates públicos contribui para que as políticas e programas governamentais sejam elaborados, implementados e operacionalizados de modo adequado a cada localidade e com legitimidade. Isto porque este processo proporciona a representação dos interesses dos atores e instituições públicas e privadas (GOMIDE; PIRES, 2014; PIRES; GOMIDE, 2016).

A aproximação entre governantes e governados possibilitada pela comunicação governamental pode fortalecer as capacidades político-relacionais auxiliando a administração pública na estruturação de novas políticas públicas e até mesmo daquelas já projetadas e implementadas. As distintas redes instituídas tendo em vista estabelecer ligações entre governo e cidadão podem contribuir positivamente para a inovação e qualidade da gestão pública.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atender ao objetivo central do trabalho, foi realizada uma busca a respeito da existência de informações sobre os Planos de Resíduos Sólidos dos Estados ou outras informações a respeito da gestão de resíduos sólidos.

Para a análise empírica, adotou-se os sites institucionais das Secretarias de Meio Ambiente dos estados localizados na Amazônia Legal, a saber: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins.

Foi realizada análise de conteúdo buscando identificar as categorias de análise identificadas por Amaral (2014); Cezar (2014); Luciano (2014); Carniello (2015) e de Pires e Gomide (2016), a saber: operacionalização, formalização e publicização; nas dimensões: navegabilidade, informações, serviços, controle social, participação e interação; e itens específicos para descrever e avaliar.

Cabe salientar que na dimensão interação foi observado as interações institucionalizadas através de mecanismos específicos, tais como comentários em notícias, fóruns temáticos, salas de bate-papos, fale conosco, mensagens enviadas e envio por e-mail. Para verificar tais interações, mensagens foram encaminhadas por meio destes mecanismos apontados com a seguinte mensagem: “Olá, gostaria que me informasse o link para acesso ou me enviasse por e-mail o plano estadual de resíduos sólidos do seu estado” e verificadas quanto ao retorno do contato. Também houve um teste nos mecanismos de busca por meio da palavra-chave “resíduos sólidos” para verificar o seu efetivo funcionamento.

4. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CAPACIDADES ESTATAIS NA GOVERNANÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Como exposto, esta pesquisa adota o contexto da governança de resíduos sólidos dos estados componentes da Amazônia Legal. Consideramos a problemática dos Resíduos sólidos um componente importante neste contexto, uma vez que representa um tema de discussões frequentes e que gera impactos à saúde, meio ambiente, economia, entre outras áreas. Os Planos

Estaduais de Resíduos Sólidos neste contexto representam pontos norteadores no enfrentamento desta problemática nestes estados e por isso a necessidade de considerar as informações sobre as estratégias de governança desenvolvidas e outras com o mesmo sentido.

Assim, apresentamos a seguir uma análise dos recursos de tecnologia de comunicação adotados por estas secretarias ambientais e que também podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades político-relacionais.

4.1 Operacionalização

4.1.1 Navegabilidade

Um total de oito (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins) das nove secretarias de estado da área ambiental apresentam mecanismos de busca para auxiliar a sociedade em geral durante a navegação pelo site. O Maranhão apresenta este recurso somente em páginas secundárias e não na página inicial. Mas, é importante destacar que nem todos estes recursos encontram-se em perfeito funcionamento, como é o caso dos estados: Acre (apresentou mensagem informando que o recurso estava desabilitado) e Tocantins (não reconheceu o descritor), neste caso, ao digitar o descritor “resíduos sólidos” não houve nenhum resultado para a busca. Para Santos e Rover (2016) este tipo de ferramenta possibilita suporte à manipulação do conteúdo disposto na página eletrônica e auxilia o cidadão a encontrar com mais facilidade os assuntos de seu interesse. Com isso, verifica-se que a maior parte dos sites analisados disponibiliza um espaço para que os usuários possam explorar notícias, programas, legislações e outros conteúdos sobre resíduos sólidos a partir de uma busca realizada por palavras-chave.

A análise dos dados demonstra que o mapa do site é encontrado apenas em dois (Acre e Mato Grosso) dos nove sites das secretarias ambientais analisadas. Os demais, totalizando sete, sendo eles Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins não utilizam este recurso tecnológico. A ausência deste mecanismo contribui negativamente para interação entre governo e sociedade, isto porque este recurso pode disponibilizar um conjunto de representações digitais dos conteúdos e serviços oferecidos relacionados a resíduos sólidos e que facilitaria a navegação pela página.

A maior parte das secretarias de meio ambiente dos estados brasileiros estudados, sendo elas Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, disponibilizaram o acesso à página inicial em seu sítio eletrônico. Apenas uma das secretarias, no caso a do estado do Maranhão, não apresentou este recurso em sua página. Este recurso pode facilitar a vida do usuário ao acessar uma página secundária mas deseja retornar à página inicial sem ter que acessar o site novamente ou voltar para a anterior até chegar ao início. Quanto mais dificuldade para acessar conteúdos sobre resíduos sólidos e outros tipos de informações, mais o usuário poderá desistir de navegar no site da secretaria de meio ambiente e assim não ter acesso ao conteúdo disponibilizado.

Nenhuma das nove secretarias da área de meio ambiente estudadas desenvolveram um manual de uso do site. Isso representa, na visão de Costa et al. (2014), que a oferta de serviços em meios eletrônicos por parte da administração pública ainda ocorre de modo inadequado às diversas realidades em que os cidadãos estão inseridos. A adoção desse tipo de prática pode auxiliar na busca por processos e outras informações de interesse do cidadão durante um momento de dúvida.

Nota-se pela análise de dados que a ausência de suporte a outros idiomas é realidade para todas as nove secretarias de meio ambiente dos estados brasileiros estudados nesta pesquisa. A falta deste recurso pode provocar a acessibilidade à página eletrônica somente para alguns grupos da sociedade e não para todos. Assim, Cunha, Frega e Lemos (2011) apontam em sua pesquisa que

a ausência de instrumentos de suporte para o acesso aos conteúdos publicados em portais eletrônicos governamentais pode ser vista como algo limitador.

Pela análise dos dados coletados, nota-se que o acesso a outras pastas de governo é possível em cinco dos nove sites das secretarias ambientais, sendo eles Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Este é um recurso importante, pois facilita o intercâmbio de informações da gestão. Já os demais, correspondendo a um total de quatro (Amazonas, Maranhão, Rondônia, Roraima), não desenvolveram qualquer recurso tecnológico neste sentido, mostrando que existem lacunas quanto à oferta deste serviço por parte de alguns estados estudados.

Existem órgãos governamentais que em algum momento desenvolvem políticas públicas ou programas governamentais sobre resíduos sólidos de modo integrado com instituições responsáveis pela área da saúde, educação, agropecuária, indústria (BRASIL, 2010), mas nem sempre dados construídos de modo integrado estão disponíveis nas páginas das agências governamentais ambientais, por isso, a importância de disponibilizar links para acesso a outras agências.

Apenas uma das secretarias ambientais, no caso a do Estado do Mato Grosso apresenta o recurso perguntas e respostas em seu sítio eletrônico. Trata-se de um conjunto de questões que são consideradas mais buscadas pelos usuários, assim, a gestão se adianta na resolução de dúvidas. Os oito estados restantes, que correspondem a Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins não adotam este recurso. Ainda existe pouca adesão por parte dos governos destes estados por mecanismos de ajuda como este. Mendonça e Zuliani (2015) também identificaram em sua pesquisa a ausência deste recurso que auxilia o usuário durante o período que está acessando o site. Para os autores, por mais que a página seja de fácil acesso e compreensão, as dúvidas podem surgir e estas não podem ser atendidas devido à ausência deste mecanismo.

Nota-se pela análise nas páginas eletrônicas das secretarias de meio ambiente dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins que nenhuma delas disponibiliza recursos tendo em vista a inclusão digital de pessoas com deficiências distintas.

No que diz respeito à organização da informação quanto ao público contemplado a análise aponta que as nove secretarias estudadas na pesquisa não apresentam este mecanismo de navegabilidade. As páginas eletrônicas destas disponibilizam informações específicas para todos os públicos atendidos pelo governo através do portal da transparência, mas não apresenta algum tipo de informação mais detalhada a respeito da própria secretaria (na respectiva página) e para o público atendido por ela. Assim, a falta de uma comunicação governamental com este sentido demonstra fragilidade das capacidades político-relacionais.

4.2 Formalização

4.2.1 Informações

A maior parte das secretarias ambientais (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), um quantitativo de oito não apresenta dados e informações relacionadas aos indicadores sociais, econômicos e ambientais de cada unidade federativa citada. A única exceção é o estado do Mato Grosso que apresenta indicadores de crescimento e desenvolvimento. Este tipo de informação pode ser útil para que a sociedade em geral tome conhecimento dos impactos dos resíduos sólidos para as pessoas, as empresas e ao meio ambiente. A política de resíduos destaca os indicadores operacionais e ambientais como um conteúdo importante para os planos de gestão de resíduos sólidos dos municípios brasileiros (BRASIL, 2010).

Apenas quatro secretarias estaduais de meio ambiente do Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins apresentam o recurso legislação e diversos documentos que tratam de assuntos ligados a resíduos sólidos. Já os cinco restantes, sendo Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia possuem este recurso disponível em seu sítio eletrônico, mas não destacam especificidades importantes no enfrentamento desta problemática. Vale ressaltar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos aponta o acesso à informação como um importante instrumento para auxiliar na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010). A ausência de um processo comunicativo que possibilite o acesso às informações contidas nas legislações importantes para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos pela maior parte dos estados estudados indica que as capacidades político-relacionais são insuficientes.

Um dos requisitos apontados pela política de resíduos sólidos é a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos pelos estados brasileiros (BRASIL, 2010). Apesar desta exigência, apenas alguns dos estados da Amazônia Legal conseguiram atender a este requisito, sendo eles Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Tocantins (OBSERVATÓRIO DOS LIXÕES, 2019). Destes, somente Amazonas e Tocantins apresentam um espaço específico para acesso ao plano estadual de resíduos sólidos. O plano do Pará foi possível encontrar devido a uma busca realizada por palavras-chaves. No Mato Grosso não foi possível encontrar o plano nem por palavras-chaves digitadas na barra de busca e nem mesmo por meio de um link para acesso. No caso do Maranhão, a indisponibilidade de uma barra de busca na página inicial prejudica a busca pelo plano de resíduos deste estado. Assim, pode-se dizer que, nem sempre a informação sobre resíduos sólidos é disponibilizada pelas páginas das secretarias estaduais de meio ambiente de modo que o usuário tenha mais facilidade para encontrar este tipo de conteúdo.

Apenas a secretaria da área ambiental do Mato Grosso disponibiliza uma agenda dos eventos realizados, porém os dados ilustram momentos passados (2011, 2015 e 2017) e não presentes, de forma que não se verifica atualização destas informações que contribuem ainda para a imagem positiva da gestão. Os oito estados restantes não dispõem deste recurso.

Pela análise realizada é possível notar que oito das nove secretarias estudadas disponibilizam a identificação da estrutura organizacional da pasta. Apenas no Tocantins esta identificação de estrutura inexistente. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Bernardes, Santos e Rover (2015), a qual revelou que a maior parte dos sítios eletrônicos do Sul do Brasil não disponibilizam especificações sobre a estrutura organizacional.

Somente a secretaria ambiental do Mato Grosso trata de programas desenvolvidos voltados à questão dos resíduos sólidos, as outras 8 secretarias (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) apresentam programas desenvolvidos pela pasta, mas não apresenta programas com sobre a temática ou algum outro que destaque esse tipo de pauta.

A análise realizada aponta que as nove secretarias ambientais de todos os estados da Amazônia Legal apresentam o recurso painel de notícias. Através deste painel é possível obter dados e informações sobre serviços, eventos, notícias cotidianas e outras informações governamentais, o que é um aspecto positivo.

4.2.2 Serviços

Analisando os dados coletados, pode-se perceber que as secretarias de meio ambiente de oito Estados componentes da Amazônia Legal não disponibilizam o recurso de atendimento on-line. Isto é realidade em apenas um estado, o Pará. A ligação entre governo e sociedade é vista por Salgado e Aires (2017) em sua pesquisa como negativa devido ao fato de que os sítios eletrônicos de municípios pesquisados não apresentam local e instruções que permitam o diálogo. A comunicação governamental realizada pela maior parte dos estados estudados não conseguiu desenvolver capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos por

meio da prestação de serviços on-line pelos estados. Esta afirmação é decorrente da ausência deste recurso que favorece uma ligação mais recíproca entre governo e sociedade.

Observou-se que das nove secretarias apresentadas por este estudo, apenas seis delas (Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) emitem documentos oficiais em seu sítio eletrônico. As tecnologias de informação e comunicação proporcionam acesso a documentos e serviços que antes era possível apenas presencialmente e isso pode favorecer o fortalecimento da ligação entre o governo e a sociedade e, também, para desburocratizar os serviços públicos.

4.2.3 Controle Social

Ainda existem poucos dados relacionados ao orçamento da pasta no seu respectivo site. Apenas dois dos estados estudados, Amazonas (dados de 2014 a 2016) e Mato Grosso, apresentaram dados neste sentido. As demais secretarias, um total de seis (Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) não apresentaram este recurso em sua página. A maior parte destas publica este tipo de informação na página geral do portal da transparência. Outro princípio norteador da política de resíduos sólidos, o controle social, aqui apresentado, é insuficiente devido a ausência de dados do orçamento da pasta publicados na própria página das secretarias ambientais (BRASIL, 2010). A inexistência de uma comunicação governamental voltada para a publicidade de dados do orçamento destinado para resíduos sólidos e outras atividades ambientais compromete o desenvolvimento de capacidades político-relacionais, uma vez que afeta negativamente a transparência das ações.

A observação do *corpus* mostrou que apenas quando o usuário acessa o portal da transparência do respectivo estado é disponibilizado dados e informações sobre os gastos públicos com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e não em algum espaço do site da secretaria reservada para essa finalidade, isso acontece em sete dos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). É importante destacar que a secretaria ambiental do estado do Maranhão está desenvolvendo uma página com a finalidade de apresentar os gastos públicos da secretaria ambiental e também sobre resíduos. Contudo, o Amazonas apresenta dados ligados a resíduos sólidos em parte (de 2014 a 2016) e o Mato Grosso consegue apresentar dados atualizados. Assim pode-se perceber a fragilidade da comunicação governamental ao não apresentarem dados dos gastos públicos sobre resíduos sólidos nas páginas das secretarias ambientais estudadas.

Em síntese, a dimensão formalização da capacidade governamental pode ser considerada como insuficiente, porque em alguns casos a publicidade de políticas públicas, de seus processos e para o desenvolvimento de ações do governo não consegue divulgar dados importantes relacionados a resíduos sólidos de modo objetivo e com linguagem adequada. Existe a falta de dados e informações mais consistentes sobre de resíduos sólidos, o que representa, conforme a análise dos casos estudados, uma dificuldade de produzir e divulgar adequadamente conteúdos ligados a este contexto como, legislações, indicadores sociais, econômicos e ambientais, agenda de eventos, programas governamentais, atendimento on-line e informes relatando sobre o orçamento da pasta e os gastos públicos.

4.3 Publicização

4.3.1 Participação

Dos nove estados estudados, os que disponibilizam acesso aos desdobramentos das audiências públicas são o Pará e o Maranhão. Os sete restantes, sendo Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins não disponibilizam este recurso. Observou-se também que oito das secretarias (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e

Tocantins) desenvolveram algum tipo de mídia para divulgar os desdobramentos dos conselhos gestores de políticas públicas. Exclusivamente a secretaria de meio ambiente de Roraima não apresentou esta ferramenta.

No entanto, a comunicação governamental possibilita o acesso aos desdobramentos dos conselhos, além de também ser vista como uma maneira de a sociedade tomar conhecimento das discussões sobre resíduos sólidos e meio ambiente instituídas em momentos participativos específicos criados pela administração pública estadual. Destarte, a presença deste recurso na maioria dos sites eletrônicos estudados impulsiona o desenvolvimento de capacidades político-relacionais positivas para a governança de resíduos sólidos.

Um total de oito das secretarias de meio ambiente dos estados estudados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) não se manifestaram em relação à consulta dos desdobramentos das consultas públicas, apenas o estado do Mato Grosso o fez. A ausência de mecanismos que possibilitem a participação nos debates públicos também é encontrada na pesquisa desenvolvida por Cezar et al. (2016). Para os mesmos autores isto demonstra fragilidade dos espaços institucionais de participação.

A análise retrata que inexistem de maneira uniforme pelas nove secretarias algum tipo de espaço para debates e incorporação de estudos. Klein, Gonçalves e Jayo (2018) apontam a timidez de espaços que tratam dos resíduos sólidos e que divulgam dados relacionados a esta problemática nos sites dos municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Através de debates e estudos incorporados em espaços específicos por meio da comunicação governamental é possível que os gestores e a sociedade em geral adquiram dados e informações importantes para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, mas a inexistência deste tipo de recurso por todos os sites analisados contribui para o desenvolvimento de capacidades político-relacionais deficientes.

Somente uma secretaria de meio ambiente, a do Mato Grosso, adota o recurso biblioteca virtual. Os demais oito estados não disponibilizaram este tipo de mecanismo.

A ouvidoria é apresentada nos sítios eletrônicos de sete das secretarias ambientais apontadas pelo estudo, sendo Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Apenas o Amapá não apresentou este mecanismo em sua página. É importante destacar que Acre e Tocantins indicam em seu sítio o link para acesso a ouvidoria geral do governo e não da secretaria. Zanella Junior e Schmitt (2017) explicam que as ouvidorias contribuem para que as demandas ambientais da sociedade alcance os ouvidos dos agentes públicos responsáveis pela gestão e o gerenciamento dos serviços desta área.

4.3.2 Interação

É unânime a ausência de fóruns temáticos nas páginas das nove secretarias estudadas. Deste modo, é importante destacar Pires e Gomide (2016) quando estes autores analisam capacidades político-relacionais em programas federais. Em seus resultados é possível notar que os espaços de interação e participação criados neste âmbito ampliaram o potencial de entrega, o aprendizado e a inovação destes programas. A inexistência desta ferramenta de discussão resulta em deficiência nas capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos.

É uniforme a ausência de salas de bate-papos nos sítios eletrônicos das nove secretarias ambientais. Santos e Rover (2016) identificaram algo parecido com o encontrado aqui, os autores destacam que a promoção da interação entre governantes e governados pelos sites de unidades federativas brasileiras nem sempre é explorada. Este tipo de ferramenta permite interatividade com pessoas de diversas localidades de um estado sobre assuntos ligados a resíduos sólidos e outros, mas, na análise empreendida, nota-se que a falta dele resulta em capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos deficitárias. Contudo, pode-se dizer que, as salas de bate-papo estão em menor evidência em relação a anos atrás, pois as redes sociais com as tecnologias de comunicação ganharam bastante interatividade.

A opção "comentários em notícias" é apontada pela análise como ausente nos nove sites aqui estudados, o que indica que a participação de atores sociais é desconsiderada quando o assunto é notícias. Vale ressaltar que as discussões que emergem a partir dos comentários das notícias poderia levar ao conhecimento de uma problemática desconhecida por parte da administração pública, representando uma importante ferramenta de aproximação do governo com os cidadãos.

Os sites de sete secretarias (Amapá Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins) não desenvolveram o recurso envio e retorno de mensagens pelo fale conosco em suas páginas. A fim de testar esta funcionalidade houve o contato com as duas secretarias (Acre e Pará) que utilizam este recurso por intermédio desta ferramenta, mas não se obteve retorno (a resposta foi esperada por um período de um mês). O fale conosco é uma importante ferramenta de comunicação governamental de interação entre os agentes públicos e da sociedade, mas, no caso desta pesquisa, a inexistência e a ineficiência deste recurso denota baixa capacidade político-relacional por parte das secretarias pesquisadas.

As secretarias alvo deste estudo apresentam unanimidade quanto à adoção de algum tipo de rede social, a saber: Acre (Facebook e Twitter), Amapá (Facebook), Amazonas (Facebook), Mato Grosso (Facebook), Pará (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram), Rondônia (Facebook), Roraima (Facebook), Tocantins (Facebook, Instagram, Twitter (disponibiliza link para acesso na página) e YouTube). Algumas destas secretarias não disponibilizam link para acesso às redes sociais e estas foram encontradas por meio de busca nas próprias redes sociais, como é o caso do Amazonas, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Quanto à comunicação governamental intermediada por redes sociais, em algum momento as secretarias analisadas adotaram este recurso para a publicidade de dados ligados à gestão de resíduos sólidos.

A fim de verificar esta ferramenta o pesquisador enviou mensagens pelas redes sociais das secretarias. Nos sites de quatro secretarias da área ambiental (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) o envio de mensagens teve um retorno. Em outras cinco (Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins) não se obteve resposta sobre a mensagem enviada.

Um total de oito estados, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, não disponibilizaram a ferramenta envio e retorno de mensagens por e-mail em suas páginas eletrônicas. Houve o envio de mensagens para um estado, a saber, Pará, mas não houve retorno por parte das secretarias ambientais. Os resultados desta pesquisa corroboram com a de Cezar, Barbosa e Reis (2013), em que estes autores identificaram que este instrumento é disponibilizado pela administração pública federal na página do SINIR, mas não possibilita a promoção efetiva de espaços interativos entre governo e cidadãos, bem como impossibilita debates mais calorosos na construção e reconstrução de políticas públicas. Neste ponto, é nítido que a comunicação governamental não conseguiu desenvolver capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos suficientes, porque inexistente na maioria dos sites esta ferramenta.

Nota-se, pela análise dos dados, que a comunicação governamental conseguiu desenvolver poucas capacidades político-relacionais, pois ainda inexistem algumas tecnologias de informação e comunicação nos sítios eletrônicos pesquisados e, em alguns casos, a disponibilidade de dados e serviços é insuficiente. Isto permite inferir que as atividades desenvolvidas neste sentido se distanciam dos preceitos de oferta de governo eletrônico. Para Carniello (2015) o quantitativo de oferta de serviços eletrônicos define o atendimento aos preceitos de governo eletrônico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar a comunicação governamental realizada por sítios eletrônicos como um instrumento importante para o desenvolvimento de capacidades político-relacionais no contexto da governança de resíduos sólidos dos estados da Amazônia Legal. Assim, a pesquisa foi motivada porque os processos de comunicação governamental são considerados importantes para desenvolver habilidades e competências de gestão e que o desenvolvimento de capacidades estatais em todo e qualquer espaço público pode ser visto como necessário para a governança de resíduos sólidos. Considerando que o meio digital tem sido cada vez mais utilizado para diversos fins, pode-se dizer que, a comunicação assume papel de destaque no desenvolvimento de capacidades político-relacionais neste contexto e assim pode fortalecer ainda mais as ligações entre governo e sociedade.

Assim, esta pesquisa se mostrou relevante devido ao fato de inicialmente apresentar um quadro conceitual baseado em autores dos campos da comunicação governamental e das capacidades político-relacionais, que permitem analisar como a comunicação contribui com as capacidades estatais.

A análise da comunicação governamental demonstra capacidades político-relacionais de navegabilidade pelas respectivas páginas eletrônicas das secretarias estudadas bastante deficientes por apresentar poucos recursos que possibilitem acessibilidade, informação disponível e interação correspondida e por parte dos públicos atendidos. As ferramentas adotadas pela maior parte destas secretarias possibilitam de modo parcial a navegabilidade e não considera as diversas dúvidas que podem surgir durante este processo.

Apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos apresentar instrumentos importantes para auxiliar na gestão e gerenciamento destes, nota-se que as questões relativas a este assunto aparecem de modo bastante tímido nos mecanismos de comunicação governamental adotados pelas páginas eletrônicas estudadas. Alguns programas e projetos desenvolvidos não tratam do assunto ou não desenvolvem atividades com este sentido. Existe a ausência da publicidade de dados relacionada a legislações relevantes para auxiliar no enfrentamento desta problemática.

Os processos de comunicação governamental ainda compartilham muita informação com a página geral dos governos e não especificamente para cada secretaria ambiental, o que impossibilita uma informação mais precisa a respeito das atividades desenvolvidas tendo em vista a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos. A acessibilidade a esse tipo de conteúdo pode ficar comprometida devido a ausência de um processo comunicativo entre governo e sociedade com mais clareza e objetividade.

Os achados da análise da comunicação governamental apontam que a dimensão "serviços" possibilita a desburocratização de alguns serviços prestados em momento anterior oferecidos presencialmente e que agora podem ser prestados por intermédio da internet e de suas tecnologias. Por outro lado, as dúvidas que surgem no momento de acesso aos sites não pode ser suprida porque inexistente um mecanismo tecnológico que possibilite enviar mensagens a algum colaborador on-line tendo em vista uma resposta precisa sobre os serviços prestados. Assim, as capacidades político-relacionais de governança de resíduos sólidos por meio dos portais de governo ficam comprometidas porque nem sempre este tipo de recurso é disponibilizado aos usuários.

A comunicação dos processos de controle social e transparência pública da execução financeira e orçamentária das respectivas secretarias ambientais mostrou-se ineficaz, porque a existência de dados públicos neste sentido é apresentado de modo insuficiente e também é encontrado dados que retratam contextos anteriores e não atuais. Isto prejudica o desenvolvimento de capacidades político-relacionais, pois inviabiliza o compartilhamento de decisões públicas sobre políticas e programas públicos, além de se distanciar de expressões de democracia e cidadania.

Quanto à participação dos grupos da sociedade nos debates públicos, a análise da comunicação governamental aponta as tentativas empreendidas com a finalidade de atrair atores distintos para as arenas de debates por meio das tecnologias de comunicação. No caso em questão, esta dimensão foi considerada como deficitária. Isto porque não há publicidade de dados sobre mecanismos importantes para garantir um processo participativo em que a contribuição dos atores seja realidade. Deste modo, a falta deste tipo de recurso pode resultar no distanciamento dos atores sociais das arenas de discussões públicas criadas pela comunicação governamental. No que concerne às capacidades político-relacionais, apenas a disponibilidade de comunicação governamental amparada por diversas tecnologias e informações que proporcionem a interação entre administração pública e cidadãos não é suficiente. Esta pesquisa identificou ausência de capacidades neste aspecto, pois em muitos casos as secretarias apresentavam recursos de interatividade, mas não havia o retorno das mensagens enviadas. Devido a ausência de inclusão e interatividade por meio de tecnologias, a qualidade, o conhecimento e inovação das políticas e programas públicos ficam comprometidos. De modo geral, nota-se que ainda são disponibilizados poucos recursos de tecnologia com a finalidade de interação e isso dificulta um relacionamento mais sólido entre as partes envolvidas.

Em linhas gerais, percebe-se que a comunicação governamental desenvolveu capacidades político-relacionais deficitárias, uma vez que inexistem ferramentas que possibilitem navegabilidade pelas páginas por qualquer tipo de usuário, informações que retratem de contextos específicos da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, serviços que nem sempre conseguem atender as demandas da sociedade, controle público insuficiente devido a ausência de dados mais precisos sobre as contas públicas das secretarias estudadas, tecnologias de informação e comunicação que nem sempre possibilitam a participação da sociedade e a inclusão e interação entre atores na tomada de decisões. Pode-se perceber, assim, que os poucos recursos tecnológicos disponibilizados proporcionam um distanciamento dos preceitos de governo eletrônico.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas possam considerar municípios brasileiros, principalmente devido a responsabilidade da gestão de resíduos sólidos ser do executivo municipal. Nesse sentido, pode-se então realizar uma análise mais detalhada a respeito das atividades desenvolvidas sobre resíduos sólidos por estes governos nas respectivas páginas eletrônicas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. M. de A. **Comunicação Pública e Participação Política: estratégias governamentais de uso das tecnologias de informação e comunicação na Bahia (2007-2012)**. 360 f. il. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Bahia.

BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 761-792, maio/jun. 2015.

BRASIL, Presidência da república do. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010.

BRASIL, Presidência da República do. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, 2011.

CARNIELLO, M. F. Proposta metodológica de avaliação de comunicação governamental digital. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 101-116, Set./Dez. 2015.

CEZAR, L. C.; BARBOSA, T. R. da C. G.; REIS, M. C. T. Interfaces da comunicação pública e governamental na divulgação da política nacional de resíduos sólidos. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 102-120, jan./jun. 2013.

CEZAR, L. C. **Análise da comunicação governamental sobre a Política Nacional de resíduos sólidos na Zona da Mata Mineira**. 2014. 137p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

COSTA, L. A.; OLIVEIRA, P. C. de.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A de. Adoção de tecnologias de serviços de governo eletrônico: análise de estudos quantitativos no âmbito internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 398-414, mai. 2014.

CUNHA, M. A. V. C da.; FREGA, J. R.; LEMOS, I. S. Portais de serviços públicos e de informação ao cidadão no Brasil: uma descrição do perfil do visitante. **Revista eletrônica de sistemas de informação**, v. 10, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2011.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, Jan./Fev. 2009.

FERREIRA, C. M. S.; FONSECA, A. Análise da participação popular nos conselhos municipais de meio ambiente do Médio Piracicaba (MG). **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 3, p. 239-258, jul./set. 2014.

GOMIDE, A. de À.; PEREIRA, A. K. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 52, n. 5, p. 935-955, set./out. 2018.

GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: A abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R. C. (Orgs.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 15-30.

KLEIN, F. B.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JAYO, M. Gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: uma análise sobre o uso de TIC no acesso à informação governamental. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 140-153, jan./abr., 2018.

LUCIANO, R. da C. **A tecnologia de informação e comunicação na gestão pública nos municípios do sudoeste goiano**. 2014. 201p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, São Paulo, SP.

MENDONÇA, F. G.; ZULIANI, C. S. A construção de um governo eletrônico eficiente pelo poder executivo no Brasil: um olhar sobre o portal “RS Móvel” do Rio Grande do Sul. **Direito Mackenzie**, v. 9. n.2, p. 74-100, 2015.

OBSERVATÓRIO DOS LIXÕES. **Obrigações estaduais para a Política Nacional de Resíduos Sólidos**, 2019. Sólidos Disponível em: <http://www.lixoes.cnm.org.br/>. Acesso em: 12 out. 2019.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

RAMESH, M.; SAGUIN, K.; HOWLETT, M. P.; XUN, W. Rethinking Governance Capacity as Organizational and Systemic Resources. **Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper**, n. 16-12, 2016.

REGO, F. G. T. **Marketing político e governamental**: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Summus, 1985.

SALGADO, C. C. R.; AIRES, R. F. de F. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p. 98-115, jul./set. 2017.

SANTOS, M. J. dos.; CARNIELLO, M. F.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 167-184, OUTONO de 2013.

SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Processos de gestão do conhecimento fomentados pelos portais de governo. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 48-79, jul./dez. 2016.

SOUZA, C. H. L. de. Capacidades estatais para a promoção de processos participativos: atributos do aparato burocrático ou condições temporárias para a ação? **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2017.

VIANA, R. L.; FREITAS, C. M. de.; GIATTI, L. L. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.1, p.233-246, 2015.

ZANELLA JUNIOR, V.; SCHMITT, V. F. Ouvidorias Públicas Municipais: instrumento de participação popular na gestão dos serviços de saneamento básico. **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores**, v. 1, n. 1, p. 93-106, 2017.